

Depredado o plenário da Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Alegando profundo descontentamento com o curso dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, Joany Santos de Souza, um baiano de 26 anos que há três reside em Brasília, passou a noite de segunda-feira revirando o plenário da Câmara e arrombando armários na Comissão Parlamentar de Inquérito que apura denúncias de corrupção contra o ex-ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira. "Eu estava procurando saber o que eles ficam fazendo aqui", declarou Joany após ressaltar que não era enviado de ninguém e que precisava conhecer documentos sobre energia nuclear, programas de computador, o INPS e sobre o caso Coroa-Bristel. O rapaz, sempre tranqüilo e risinho durante suas declarações, fez questão de ressaltar que não destruiu nenhum documento porque sabia que "papel era coisa importante".

Esta é a segunda vez que Joany Santos de Souza deixa a segurança do Congresso em situação delicada. Em 5 de fevereiro de 1987, quatro dias após a instalação da Constituinte, ele se jogou das galerias no plenário para protestar contra a política nacional de informática adotada pelo Brasil, que considera "absurda".

Entre os documentos exibidos por Joany durante seu depoimento de mais de cinco horas havia uma carteira de estudante da Faculdade de Matemática de Vitória da Conquista (BA), onde disse cursar o segundo semestre, embora estivesse com a matrícula trancada. Apresentou ainda comprovante de inscrição para o concurso de diplomata no Itamaraty, duas carteiras de trabalho, identidade, CIC, título de eleitor, entre outros. Joany disse trabalhar atualmente de garçon, nos fins de semana, em um bar chamado

Terra Mágica, localizado na Asa Sul, em Brasília.

"Ao que tudo indica, trata-se de um desequilibrado mental", disse o chefe da Segurança da Câmara, Fernando Paulucci, após ouvir Joany por horas a fio. Essa não é, porém, a opinião da delegada Valquíria, da Polícia Federal e do agente Coelho: segundo o presidente da comissão de inquérito instaurada para apurar o caso, Luiz Fernando de Oliveira, os dois afirmaram que Joany não aparenta ser uma pessoa que esteja sofrendo de desequilíbrio mental porque respondeu a tudo com muita tranqüilidade, sem criar problemas e com muita lucidez.

Joany contou que entrou no Congresso às 22 horas pelo anexo dois do Senado e se dirigiu para o plenário, onde após acender as luzes, revirou papéis, jogou a bandeira nacional, cadeiras e microfones ao chão, mexeu no terminal do sistema eletrônico de votação e espalhou toda sorte de papéis. Depois, seguiu para a Comissão de Finanças do Senado, onde funciona a CPI da Corrupção, abriu vários armários, jogou todos os papéis ao chão e só não conseguiu ter acesso a documentos que estavam trancados em um arquivo de aço. A principal mala com documentos contra os acusados do envolvimento em corrupção havia sido levada para a casa do senador José Ignacio. Indagado se conhecia o ex-ministro Aníbal Teixeira, disse, após pensar um pouco que "pessoalmente não".

Como não entendeu nada dos papéis que encontrou, conforme revelou, Joany seguiu novamente para o plenário por volta das 6h30, onde resolveu descansar em uma das cadeiras, no fundo da sala, onde foi encontrado por um segurança, quase dormindo.

Preso em flagrante, Joany foi submetido a exame de sanidade física e mental por três médicos da Câmara e encaminhado à Polícia Federal.



O garçon Joany entra de madrugada no Congresso e depreda documentos da CPI da corrupção

Fotos Alencar Monteiro

Cai o ministro-coordenador

AGÊNCIA ESTADO
E SERVIÇO LOCAL

O entendimento para perfeição da emenda presidencialista, já aprovada, do senador Humberto Lucena começou a ser delineado ontem pela manhã em Brasília, em reunião de lideranças partidárias realizada no gabinete do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. A maioria do texto foi ajustada com a utilização do princípio da fusão, restando apenas três pontos a serem discutidos: a moção de censura a ministro, medidas legislativas programáticas e a questão envolvendo a resolução de discordância. Foi descartada a possibilidade da criação da figura do ministro-coordenador, uma espécie de elo entre o Executivo e o Legislativo.

O deputado Bonifácio Andradá (PDS-MG) está negociando os pontos pendentes para que já na segunda-feira haja possibilidade de votação dos ajustes da emenda Lucena. Quanto à moção de censura, as negociações visam a permanência do texto da emenda Lucena, que exige dois terços da Câmara para a apro-

vação da noção. Neste caso, segundo explicou ontem o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), o deputado Eduardo Bonfim (PC do B-AL) aceitaria retirar seu pedido de destaque, no qual é necessária apenas a maioria simples para o pedido de moção.

A NEGOCIAÇÃO PROSPERA

Na realidade, tanto presidencialistas como parlamentaristas não se importam com a continuidade do texto da emenda presidencialista, o que facilitará o acordo. "A negociação está prosperando e nesta segunda-feira deveremos efetivar o ajustamento", afirmou Vivaldo Barbosa. Há também a busca de um acordo, não concretizado ontem, para que permaneça na emenda presidencialista o Artigo 95 A, que determina um prazo de 30 dias para que o Legislativo examine projetos de lei enviados pelo Executivo. "Atualmente, o Legislativo pode simplesmente engavetar o projeto, e pela emenda Lucena ele terá de ser analisado com urgência", explicou Vivaldo. A resolução de discordância — dispositivo que permite à Câmara ou ao Senado discordar de pronunciamento de um ministro nas

duas Casas — também deverá permanecer na emenda, caso haja acordo.

"Algumas incorreções da emenda Lucena foram resolvidas com a utilização de dispositivos de emendas, como a Manoel Moreira, usando o instituto da fusão", afirmou o senador Mauro Benevides, explicando como se chegou a um acordo sobre vários itens depois de encerrada a reunião. "É preciso que sejam feitos ajustes", disse o presidente da Constituinte.

DÚVIDAS NA EMENDA LUCENA

Com a fusão, foi inserido no Artigo 91 que o candidato a vice-presidente da República será registrado com o candidato a presidente da República, "sendo votado juntamente com este". Segundo Ulysses Guimarães, o ajustamento foi feito porque na emenda Lucena não estava claro que ambos deveriam pertencer a mesma chapa. "O texto poderia ensinar dúvidas ao eleitor, que poderia votar em um presidente de uma chapa e em um vice de outra", explicou. Também por emenda aditiva será acrescentado no Artigo 92 que "se nenhum candidato alcançar

maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição 30 dias após proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados, considerando-se eleito o que obtiver maioria dos votos válidos". Também o dispositivo não estava devidamente claro na emenda Lucena.

Ainda ficou definido no encontro que seria suprimido, no artigo 93, o direito de o Supremo Tribunal Federal declarar vagos os cargos de presidente e vice-presidente da República quando os eleitos não tomassem posse. Depois de reformulado, o texto não diz a quem compete fazer tal declaração. O dispositivo referente às atribuições do presidente da República, no inciso V — que estabelece a competência do presidente para vetar projetos de lei parcial ou totalmente — o acordo de ontem suprimiu a continuidade do texto que dava o direito de o presidente solicitar a reconsideração ao Congresso Nacional.

"Agora só falta o deputado votar", disse o deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP), que participou da reunião com os líderes partidários.

Ulysses abre inquérito

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, muito irritado, determinou ontem a abertura de inquérito para apurar responsabilidades na falha da segurança do Congresso que permitiu a entrada de Joany Santos de Souza no plenário da Câmara e na sala da CPI da corrupção. A comissão encarregada do caso terá dez dias para apresentar suas conclusões. A principal falha apurada até agora, segundo o chefe da segurança da Câmara, Fernando Paulucci, foi a falta de dois agentes, o que deixou a área do Salão Verde descoberta.

Os 120 mil metros quadrados de área do Congresso são vigiados diariamente por cerca de 250 homens distribuídos na área interna e pela Polícia Militar do Distrito Federal

na área externa. Existem 12 acessos ao interior do Congresso, cada qual contendo com dois seguranças. A noite, estas entradas são reduzidas para sete, sendo quatro na Câmara e três no Senado. Assim, um grupo de cerca de 20 homens é responsável pelo que se passa no interior do Congresso durante a noite.

Joany entrou no prédio pelo anexo dois do Senado, onde havia um guarda que não percebeu. O invasor afirmou não ter encontrado nenhum agente de segurança durante seu trajeto. Ao pedir a apuração de responsabilidades, Ulysses Guimarães cobrou a segurança que já havia solicitado para a Câmara, onde ficam guardados "papéis de suma importância".

Adiar as eleições é golpe, diz Ulysses

AGÊNCIA ESTADO
e Serviço Local

"Qualquer tipo de prorrogação de mandato é um golpe contra a democracia." A afirmação foi feita ontem pelo presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, sobre a notícia de um movimento em favor do adiamento das eleições municipais para 1989. Segundo Ulysses, a posição do partido é sempre contrária a qualquer prorrogação, seja de mandatos de diretórios municipais, regionais, nacional ou de qualquer mandato eletivo.

Também o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, em nota à imprensa, condenou o movimento pela prorrogação dos mandatos, afirmando que as eleições municipais serão realizadas ainda este ano, mesmo ocorrendo atraso na promulgação da Constituinte. Ele encaminhou correspondência às lideranças dos demais partidos, solicitando que todas as propostas e projetos sobre eleições municipais fossem reunidas para exame ainda ontem, em reunião na Câmara.

O governador Orestes Quércia, ao deixar o gabinete do presidente Sarney, com quem conversou durante 40 minutos, ontem, criticou a emenda do senador Aureo Melo (PMDB-AM), que propõe a prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos. Na opinião do governador, "mandato eleito deve ser respeitado e cumprido", razão pela qual não concorda com nenhum tipo de prorrogação. "Seria um precedente perigoso", alertou.

MÁQUINA

O deputado Victor Faccioni (PDS-RS) denunciou Quércia como um dos responsáveis pelo movimento em favor do adiamento das eleições municipais. Segundo Faccioni, o governador quer beneficiar-se da realização conjunta de eleições municipais e à Presidência da República, pois é candidato à sucessão de Sarney e a máquina eleitoral do PMDB irá ajudá-lo a superar a candidatura Brizola.

Para Faccioni, outros peemedebistas, candidatos a prefeituras, também estão trabalhando pelo adiamento das eleições municipais para poderem contar com a ajuda de Quércia. Na avaliação desses po-

líticos, continua Faccioni, a eleição "solteira" favorecerá a candidatura Brizola, cujo partido, o PDT, não tem estrutura para enfrentar o PMDB nos Estados e municípios.

O líder Mário Covas, indignado com as propostas de adiamento, comentou: "Minha história no PMDB acabaria no instante que o partido cometesse a suprema indignidade de votar a prorrogação dos mandatos". Foi aplaudido por quase todos os presentes. "Nosso programa partidário é contra toda e qualquer prorrogação", ressaltou o secretário-geral do PMDB, Milton Reis, em apoio ao líder.

Covas ficou particularmente indignado porque Faccioni, entre outros oradores, leu notícias segundo as quais o deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS) já estaria aconselhando prefeitos gaúchos a se prepararem para a prorrogação. "Este partido tem muitos problemas internos, mas tem a compostura necessária para resolvê-los internamente", disse o líder.

APOIO

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, manifestou-se contrário à prorrogação dos mandatos municipais e admitiu a existência de um movimento: "Recebi apelos nesse sentido há um mês da parte de prefeitos do PMDB, a quem disse que não contasse comigo. O argumento dos prefeitos é de que, no próximo ano, terão mais recursos para a realização de programas com a efetivação da reforma tributária, contida na nova Constituição".

"A tentativa de boicotar as eleições municipais este ano é uma manobra dos constituintes que pretendem disputar as eleições em suas cidades, disse o deputado Expedito Machado (PMDB-CE). Para o deputado, a liderança do movimento estaria na bancada paranaense da Câmara dos Deputados. Os integrantes do movimento, segundo Machado, "estão encontrando a resistência dos nordestinos constituintes". Segundo Machado, a prorrogação seria uma forma de parlamentares concluírem seus trabalhos na Constituinte a tempo de lançar suas candidaturas.

"Estamos no mundo da poesia. A Constituinte está atrasada, não será definida antes de 90 dias", disse o deputado Tito Costa (PMDB-SP), especialista em direito constitucional.

Distanciamento das massas

GAUDÊNCIO TORQUATO

Um dos mais curiosos fenômenos dos tempos em que vivemos consiste na visível apatia das massas em relação aos agitados acontecimentos originados pelos constituintes. A explicação só pode ser o vazio instalado entre a sociedade e as instituições nacionais. A situação assume proporções tão graves que já se permite divisar os contornos de dois Brasis: um, real, vivido pelas massas nas fábricas, escritórios, canteiros de obras, nos lares e no campo, outro, fictício, conduzido pelas disputas entre o Executivo e os grupos políticos.

A climatologia que tem conferido à política brasileira a sensação de permanente crise, se provoca altas descargas de adrenalina em um universo por volta de mil pessoas, que forma o contingente diretamente envolvido com os rumos nacionais, não chega nem um pouco a arripiar as massas. Para usar a simbologia pavloviana, os políticos e os governantes estão sendo incapazes de obter reflexos condicionados dos eleitores. As formas de excitação utilizadas, precárias e mal direcionadas, não geram "salvação" social. Apenas ceticismo.

Em alguns momentos, as pessoas até procuram reagir. Quando se defrontam com perguntas sobre o futuro do País, mandato presidencial, elas se manifestam, algumas até vivamente. No geral, porém, o que se percebe é um mal-estar com o que se passa em Brasília. O que interessa mesmo são medidas urgentes contra a carestia, a violência, a precariedade dos serviços de saúde, a falta de moradias, os aluguéis altos, os baixos salários. Mais ação, menos discurso. Multiplicam-se os reclamos, muitos saídos do meio das catastrófes que têm assolado os bolsões pobres, nos últimos meses.

A deterioração dos níveis de vida nos cinturões periféricos e o retardamento do poder de compra dos estratos médios vêm, em parte, justificar a crescente incredulidade da sociedade para com políticos e governantes. Mas o próprio desempenho do setor político é apontado como forte componente a balizar o distanciamento das massas. Explicam-se: a hipertrofia dos processos políticos, com seu sombrio perfil de negociações, escândalos e interesses, sobre a tessitura institucional com um vênus de degenerescência e sordeza, escandalizando amplos segmentos e formando ondas de contrariedade, principalmente dentro do grupamento que consome informações e irradia opinião.

A corrente de destruição que se abate sobre o corpo institucional, alimentando-se do fisiologismo que passa a orientar comportamentos e ações, também contribui para anestesiar a classe política, amortecendo seus escrúpulos e tornando-a insensível aos clamores imediatos das populações. O paradoxo é inevitável.

Os políticos, depositários da confiança popular, legitimados pelo voto, abandonam as ruas, fogem das reintroduções e refugiam-se no fantasioso mundo das altas confabulações e jogos de poder. O povo, foco central da política, transforma-se

em abstração. A dinâmica social, atropelada por um discurso interesseiro, pouco avança.

Não se questiona a magnitude do atual momento político e a transcendência das questões que estão sendo negociadas na Constituinte. O que se coloca em dúvida são as intenções que acolhem as manifestações partidárias, o significado social das emendas, a viabilidade das propostas. Os políticos, quando decidem, deveriam projetar os anseios e expectativas de seus eleitores, as reais condições do País e o bemestar da sociedade. Até quando e em que intensidade isso acontece?

É comum afirmar-se que a crise faz parte da política, sendo, até, um de seus principais ingredientes. Porém, é incomum a progressão acelerada de formas que degradam a fisiologia político-institucional e que tem, como desdobramentos, seqüelas do tipo místicas desprovidas de fundamento, especulações sem base, Messias improvisados, extravagâncias anarquistas, corridas desenfreadas ao lucro, medos e ameaças, saídas do País, desprezo à ordem jurídica, quebras de compromissos, imensas frustrações sociais.

A queda moral das instituições e governantes reflete-se sobre o conjunto da sociedade e funciona como elemento de pressão psíquica, antiquilando sentimentos altruístas e vontades transformadoras. Os valores que expressam a soberania de uma Nação e o orgulho do cidadão desçam a um nível muito baixo e são esquecidos. Até a vergonha, sentimento que, em tempos idos, ruborizava as feições, não encontra mais caras para se abrigar. Tudo se nivela na uniformidade de um comportamento social cheio de desencantos.

E ainda se fala de novos partidos, como estratégia para acolher os contingentes insatisfeitos e relançar velhas questões. Um partido, apesar das possibilidades de sucesso, necessita que seu ideário seja adotado por um número considerável de eleitores. E que os programas sejam assimilados, compreendidos e sustentados pela maioria de seus adeptos. Quem reúne, hoje, no País, condições de sair apregoando idéias para atrair as massas? Muito poucos. Dentre estes, figuras sem tradição política. Mas é pouco provável que as massas se motivem e se engajem nas novas agremiações, enquanto algo de concreto não lhes for oferecido.

Trata-se de uma situação triste para quem espera mudanças, como, para os contingentes que se equilibram em qualquer circunstância, trágica, para a maioria dos brasileiros. Por tudo isso, os próximos debates eleitorais serão uma verdadeira caçada de surpresas. Mesmo nas áreas rurais, os nomes dos candidatos prevalecerão sobre as legendas. Se os políticos não correrem ao encontro das massas e persistirem na insensibilidade, o vazio entre a sociedade e as instituições permanecerá. Pouco adiantará o esforço da classe política para dar ao País uma nova Constituinte.

Gaudêncio Torquato é professor da USP



Alencar Monteiro

Rita e d'Ávila em sessão de baixo comparecimento

Quem vai a plenário critica quem falta

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Apenas 192 dos 559 parlamentares compareceram à sessão de ontem da Constituinte. Sem quórum para votar, eles aproveitaram o tempo para criticar os faltosos. Mas houve também reações mais exacerbadadas, como a da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). Freqüentadora assídua do plenário, ela anunciou que não irá à sessão convocada para as 9 horas de hoje. "Não estarei aqui, contrariando meus hábitos, e só voltarei quando tiver a informação de que medidas rigorosas serão postas em prática pela Mesa para punir os faltosos".

Depois de ouvir sucessivas reclamações, o presidente Ulysses Guimarães prometeu tomar providências. Na segunda-feira, enviará à Mesa da Constituinte o resultado de estudos que vem fazendo para resolver o problema. Segundo ele, a maioria das propostas que recebeu estabelece a suspensão do mandato do constituinte que faltar três vezes sucessivamente ou cinco intercaladas. Outras sugestões são pela divulgação dos nomes dos que comparecem no noticiário de rádio e te-

levisão Diário da Constituinte. Para o deputado Francisco Rossi (PTB-SP), bastariam dois minutos no programa para enumerar todos os constituintes assíduos.

Ulysses, entretanto, acha que antes de adotar qualquer medida punitiva deve verificar seu apoio legal. Ele também criticou os faltosos e disse que continuará convocando os parlamentares, lembrando que "quem não vier assume responsabilidades diante da opinião pública".

Ele já descartou a tese, apresentada por Sandra Cavalcanti, de reduzir o número exigido para as votações, lembrando que "a tradição do quórum qualificado é a mesma em todos os países democráticos". Ontem, Ulysses reuniu-se com o secretário-geral da Câmara, Paulo Afonso Martins, e com o diretor legislativo, Hélio Dutra, para formular o novo calendário de trabalho da Constituinte.

Em princípio, ele pretende realizar três sessões diárias na quarta, quinta e sexta-feira para acabar o quanto antes a votação de todo o projeto. Dependendo da matéria, poderão ser convocadas sessões sábado e domingo.

tar posição defensiva, em vez de lutar em favor da "justiça rápida e eficiente que a sociedade espera".

A proposta da Ordem de criar o conselho — uma espécie de controle externo da magistratura — causou frustrações, pois em muitos países esse órgão é falido e gerador de escândalos, segundo Odyr Porto.

Porto lamenta que de algum tempo para cá a magistratura tenha tomado posição puramente de defesa para preservar sua independência, deixando de lado os objetivos corretos, que há tanto tempo o povo luta para conquistar. "Há uma ten-

de europeizar as instituições brasileiras", advertiu o magistrado, lembrando que a maior vítima dessa sangria é o Poder Judiciário.

O deputado Michel Temer (PMDB-SP), escalado por Bernardo Cabral, relator do projeto, para coordenar as propostas de emendas, afirma ser contra qualquer sugestão que retire a independência do Poder Judiciário, uma vez que ninguém até hoje conseguiu encontrar fórmula mais eficiente para a proteção dos direitos individuais do que a tripartição dos poderes. "A grande vantagem do Poder Judici-

ário como instrumento de afirmação dos direitos individuais é a imparcialidade. E isto tem de ser preservado", disse.

Já o vice-presidente da OAB-DF, advogado Francisco da Lacerda Neto, acha que os constituintes "perderam a oportunidade de transformar o Judiciário num poder". "Continua secularmente do jeito que sempre foi."

A discussão sobre o Capítulo do Poder Judiciário começa a partir de segunda-feira, depois dos feriados da Semana Santa, no plenário da Constituinte.

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros desembargador Odyr Porto, afirmou ontem que o objetivo dos magistrados na Constituinte era tornar a Justiça mais acessível ao povo e menos morosa, "mas acabamos atropelados pelo Conselho Nacional de Justiça", proposto pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Segundo o desembargador, a inclusão do conselho, como órgão de controle externo da magistratura, os obrigou a ado-